

Faces da crise da representação: as jornadas de junho e os rastros de uma democracia por vir¹

Germano Nogueira Prado

Mais que um raio em céu azul, as jornadas de junho(-outubro) de 2013 foram um terremoto² que, preparado silenciosamente nas profundezas por uma miríade de lutas de base, abalou desde baixo o cenário seguro e de consensos mais ou menos tácitos e consolidados da política eleitoral do Brasil Maior. Como um autêntico evento (político), no sentido de Badiou, elas parecem ter produzido (mais de) uma ruptura ou rearranjo nas coordenadas da situação; como um ato, no sentido de Žižek, elas parecem ter introduzido no horizonte do possível (o que se julgava até então) impossível; no horizonte do pensável, o (considerado até aqui) impensável.

Para nós, pensar (politicamente) o que foi aberto por esse sismo não equivale simplesmente a formular teorias atestando se e em que medida “de fato” ele aconteceu, mas, em verdade, consiste em *apostar* na declaração de que “algo aconteceu” e experimentar práticas (inclusive “teóricas”, como a em que trabalhamos nesse momento) que iluminem, descubram, desenvolvam e/ou criem as possibilidades aí (apenas) vislumbradas. Nesse sentido, investigar um evento seria não (apenas ou sobretudo) verificar “se é o caso” que ele aconteceu, mas reivindicá-lo como um ter tido lugar de possibilidades que podem ser reativadas com vistas ao porvir – e, do ponto de vista do evento (passado), o presente é sempre já um seu possível porvir.

Um dos aspectos desse abalo, desse deslocamento do terreno político ganhou voz na expressão “crise da representação”. Trata-se de uma expressão equívoca ou, antes, prenhe de sentidos. Como aposta, o presente trabalho – e o (meu) trabalho (no) presente – é uma tentativa bastante franciscana de cartografar alguns desses sentidos.

Em um primeiro momento, pode-se entender por “crise da representação” a desconfiança e a crítica mais ou menos desenvolvida e elaborada àqueles que desempenham o papel de representantes na democracia parlamentar das sociedades contemporâneas. Trata-se de uma crítica que se dirige à pessoa (pública e, não raro, também à privada) do representante. Não entra em jogo aí – ou entra apenas

1 Texto-base da apresentação feita no dia 08.08.14, na mesa de encerramento do “X Seminário de Graduação em Filosofia da UFRJ – Jornadas de Junho”.

2 Cf. o Prefácio de Raquel Rolnik para a coletânea *Cidades Rebeldes* (São Paulo, Boitempo: 2013)

secundariamente – a crítica aos partidos como mecanismo envolvido em e na maioria das vezes necessário à eleição dos representantes das várias esferas, bem como tampouco ao sistema representativo como tal. “O sistema”, por sinal, quando aparece, tende a ser compreendido como o agente anônimo ou o horizonte inelutável da corrupção, no qual quase que irremediavelmente “todos os políticos são corruptos” – o que serve menos para desculpar “os políticos”, que seguiriam criticáveis, do que para alimentar o cinismo dos críticos que afirmam sem pudor que “se eles [críticos] estivessem lá, fariam o mesmo.” Talvez não seja demais sublinhar que, nessa perspectiva, a “crítica” ao sistema corrupto raramente se estende até os interesses econômicos corruptores.

Esse primeiro nível em geral se articula e se confunde com o que poderíamos distinguir analiticamente como um segundo nível, a saber, uma aversão genérica aos partidos, que costuma ser acompanhada, aliás, de uma aversão a ou pelo menos de uma desconfiança de outras organizações dos trabalhadores (como sindicatos, por ex.) e movimentos sociais e populares (como os movimentos por terra e moradia, por ex.). Reduzindo a política aos políticos profissionais, aos partidos e às eleições, a combinação desses dois níveis costuma aparecer como uma rejeição da política como um todo.

Em todo caso, esses dois primeiros níveis constituem uma espécie de senso comum político mais ou menos difuso em diversas classes sociais ou, se quisermos, a configuração mais ou menos dominante da opinião pública, criada e/ou fomentada pela mídia empresarial(-militar) – opinião que pauta ainda em grande medida os facebooks e twitters da vida. Ela se fez presente nas ruas em junho quando das maiores manifestações (nos dias 17 e 20).

Nessas ocasiões, à pauta inicial contra o aumento da passagem (ocasião “metonímica” para pautar a melhora do transporte público, reivindicar a efetivação do direito de ir e vir e do direito à cidade) e a outras pautas que foram surgindo quando do crescimento dos protestos, somaram-se a pautas como a do combate à corrupção, em geral no sentido de uma moralização da política concentrada na exclusão de figuras eticamente nefastas e partidos-quadrilha (em especial os tradicionalmente identificados com a esquerda). Enrolados em bandeiras do Brasil, entoando o hino nacional, muitos foram às ruas para protestar “contra tudo que está aí” – opondo o “povo brasileiro” aos políticos e à política. Essa oposição assumiu ares de fascismo não só por acenar à contraposição da unidade substancial de um povo a um inimigo a ser eliminado, mas

também pelas “passagens ao ato” com a (tentativa de) expulsão violenta de militantes de partidos políticos e a destruição de suas bandeiras (sejam os agentes dessa violência “cidadãos revoltados” ou policiais infiltrados). Obviamente, nem todos os que compartilham de uma postura “antipolítica” e até mesmo de certo nacionalismo estão implicados em posturas fascistas e/ou de violência. Pelo contrário: a recusa genérica à política e a aceitação genérica (e ainda assim perigosa) do nacionalismo vem muitas vezes acompanhada de uma igualmente genérica repulsa a “toda forma de violência” – subentende-se: nas manifestações, nas partes mais ricas e no centro das cidades; “todas as formas de violência” não sistêmica e não normalizada (e por isso invisível), contra negras, pobres, presidiários, etc.

Não por acaso, foi mais ou menos nesse mesmo momento que a mídia empresarial(-militar) passou de uma mera criminalização das manifestações para um apoio seletivo, construído a partir da distinção entre “manifestantes pacíficos” e “vândalos”. No mesmo movimento, a mídia tentou pautar ou, ao menos, sequestrar a pauta do movimento, diluindo-a em reivindicações genéricas e/ou reacionárias – o que não equivale à afirmação de que foi ela a causa da ocupação das ruas por esse tipo de pauta; foi, antes, a ocupação mesma das ruas que parece condicionar a mudança de estratégia da mídia.

Tanto quanto posso ver, nesses dois primeiros momentos tínhamos no máximo uma espécie de sintoma negativo da “crise da representação”, que joga fora o bebê (a política) junto com a água do banho (o sistema representativo e, sobretudo, os representantes que o personificam) e não parece capaz de propor alternativas – isso se não considerarmos uma alternativa a mera ocupação “espontânea” das ruas ou a considerarmos no máximo uma alternativa condicionada ao(s) sentido(s) (não fascistas, não nacionalistas) dessa ocupação. Ao concentrar-se no negativo ou, ao menos, na “má” negatividade, na negatividade “passiva” do “não tem jeito, sempre foi assim, etc.”, essa postura acaba por reforçar o caldo de descrédito da política que tem sido cozido e recozido pela opinião pública, isto é, pela opinião hegemonicamente empresarial(-militar), ao menos desde a ditadura – o que tende a levar a mais desmobilização popular e a entraves no aprofundamento da democracia. Todxs sabemos para quem vão os dividendos da venda desse caldo.

Bem entendido, isso não significa, por outro lado, que a mera mobilização seria o caminho para o aprofundamento da democracia: pois, como já foi sublinhado mais de uma vez, sabemos pela história o perigo que se corre se tal mobilização se dá em

direção à unidade homogênea de um povo, que aplaina e/ou elimina as diferenças (e os diferentes) e se ancora, de um lado, na eleição de um inimigo comum e, de outro, na pessoa de um líder.

Mas a coisa não parou e não para por aí. É obviamente injusto com as jornadas de junho reduzi-las a uma mobilização repentina e espontânea do povo como unidade substancial que elege como inimigo os políticos, “contra tudo que está aí”, mobilização que, além disso, teria um alcance político limitado e notas de fascismo (notas que, por sinal, chegaram a ser acentuadas, de maneira assaz oportunista, pela “esquerda” no poder). O que parece ter surpreendido o poder constituído (a mídia aí incluída), de um lado, e militantes há mais tempo na rua³, por outro, foi não só o crescimento exponencial das manifestações, mas também a pluralidade de pautas, pessoas e grupos que, nesse crescimento, se juntaram a elas de maneira horizontal, sem que se pudesse dizer que os atos eram liderados ou dirigidos por partidos, sindicatos ou mesmo movimentos sociais.

Como bem notou Rodrigo Nunes, as jornadas de junho são um caso de “movimento de massa sem organizações de massa”⁴ – movimento que não pode ser reduzido nem a uma massa informe e homogênea (próxima a um povo como unidade substancial, um Um que dissolve o múltiplo) nem a um conjunto de indivíduos atomizados que se articulam de maneira horizontal e por laços “fracos”, “de ocasião”, sem nenhuma organização mais duradoura, via facebook ou twitter. Muito antes, parece que cabe utilizar um modelo de *rede* para analisá-las. Segundo esse modelo, as mobilizações se adensariam em certos nós (comitês, redes, assembleias, movimentos, núcleos, frentes, coletivos e mesmo, a certa altura, sindicatos e partidos) que não chegariam a dirigir ou comandar de maneira hegemônica os protestos, mas que formariam zonas de laços mais fortes que “contagiarão” uma “cauda longa” de laços mais fracos, de indivíduos não ligados a nenhuma dessas organizações. Nesse modelo, o “limiar de participação” entre a presença ocasional em protestos e o engajamento efetivo seria mais tênue, de modo que a criação de laços mais fortes quando da passagem das redes sociais as ruas seria facilitada. As “lideranças” aí seriam, sobretudo, “lideranças imanentes” que surgiriam de maneira mais ou menos espontânea em ou outro momento. E talvez seja o caso de falar não exatamente de “lideranças”, mas do

3 Cf., entre outros, o testemunho de Bruno Cava no seu livro *A multidão foi ao deserto*.

4 Diferenciação interna, intensidade de laço, contágio, cauda longa, limiar de participação, liderança distribuída, direção imanente, direcionalidade. Cf. <http://www.diplomatique.org.br/acervo.php?id=3036>

protagonismo temporário e distribuído de certos *grupos*, de certas “minorias mais ativas”, de modo que horizontalidade não se confunde com um plano homogêneo e absolutamente igual, nem tampouco com o mercado de troca, a preços iguais, de opiniões qualitativamente equivalentes.

Assim, embora o movimento se faça um, essa unidade é internamente diferenciada, de modo que a diferença conta, sim. Talvez pudéssemos arriscar dizer que a *unidade* das manifestações, sobretudo na medida em que se compreende a partir de um viés classista, de esquerda, estaria justamente nesse organizar-se de modo a *contar* com a diferença. Por outra: o *comum* produzido pelas lutas de junho é o da experiência de uma outra organização das lutas e, quiçá, da comunidade como um todo – dessa maneira, uma forma de organização em que todos e cada um respondem, sem a mediação de representantes, pelos caminhos da comunidade. Nesse sentido, o “contar com a diferença”, na medida em que abre espaço para uma diferença qualquer – a rigor, uma singularidade qualquer – é *indiferente* às diferenças – e, assim, aponta para a constituição de um modo de organização da comunidade que seria ancorado nessa “zona de indeterminação”⁵ que, nos interstícios das identidades particulares⁶, constituiria todos e cada sujeito político (numa democracia que faz jus a seu nome) como universal na medida em que (igualmente sob a condição de) singular. Por tudo isso, aliás, há quem prefira tomar as jornadas não como uma revolta do *povo* (conceito que costuma designar, mas não só, a unidade em cuja “vontade” se ancora a legitimidade do Estado), mas um levante da *multidão*, compreendendo esse conceito como o de um “Um que é Múltiplo”, o um que articula em si singularidades, as quais não se confundem com o indivíduo, na medida em que podem ser suprapessoais (assembleias, coletivos, etc.) e infrapessoais (uma conversa, um meme, etc.).

Nesse sentido, as jornadas de junho deslocaram o terreno político não só por fazer emergir expressamente a questão da “crise da representação” em sua face negativa e não raro reacionária ou, pelo menos, “antipolítica”, mas também – e aqui já alcançamos outro nível de análise – por reativar no horizonte do possível e do pensável uma proposta para esse impasse: a velha e boa ideia de democracia direta, sob novas formas e condições materiais (proporcionadas, em certa medida, pelas mídias alternativas e redes sociais, sobretudo aquelas que vêm nascendo por fora dos oligopólios controlados por grandes capitais e do conseqüente potencial de controle daí

5 Cf. SAFATLE, Vladimir. *A esquerda que não teme dizer seu nome*, p. 34 ss, p 67 ss

6 Cf. ZIZEK, Slavoj. *A visão em paralaxe*.

decorrente). É sintomático que, mal ou bem (ou mal ou mal), isso apareça em várias organizações tradicionais de esquerda: subtraído o cálculo eleitoral, mais de uma declaração de membros de partidos de esquerda e mais de uma campanha tem como eixo a leitura de que as jornadas clamam por democracia direta e participação popular⁷; mesmo o PT no governo fez, ou vem tentando fazer, um movimento nesse sentido, com o decreto que implementa a Política Nacional de Participação Social, amplamente criticado por setores mais à direita – e por mais que isso seja uma piada ruim (ou de mau gosto), é no mínimo curioso (ou irônico) que um governo, mesmo de esquerda, tente instaurar a participação social através de um decreto...

Brincadeiras à parte, o fato é que essas atitudes testemunham a tentativa por parte do Estado e dos partidos de se apropriar de e/ou de responder às demandas e desejos que emergiram nas ruas de junho. Resta saber se as estruturas hierarquizadas e ainda bastante ligadas à direção por lideranças pessoais, à noção de vanguarda e de “quadros” específicos que tomariam a frente do processo político e revolucionário; resta saber, enfim, se o Estado e a forma-partido, se o horizonte da política representativa pode ir ao encontro dessas demandas e desejos e das formas de subjetividade e vida que aparecem aí e manterem algo do horizonte da representação – ou se ir ao encontro *de verdade* dessas formas, ao tentar *realmente* atender a essas demandas e desejos eles não estariam fadados a uma autossabotagem e, no limite, à autodissolução.

Nesse sentido, mais sintomático (e mais emblemático) do modo como a “crise da representação” emergiu nas ruas de junho de 2013 – como reinscrição e criação de mecanismos de participação e democracia diretas à margem do Estado, mas em luta com e contra ele pela ampliação de direitos (entre eles o direito mesmo à manifestação e à participação política) –, mais sintomático e mais emblemático, digo, é o fato de que o princípio das jornadas está ligado ao Movimento Passe Livre, que surge como: “...um movimento social de transportes autônomo, horizontal e apartidário, cujos coletivos locais, federados, não se submetem a qualquer organização central. Sua política é deliberada de baixo, por todos, em espaços que não possuem dirigentes, nem respondem a qualquer instância externa superior.”⁸

7 A bem dizer, Safatle, hoje no PSOL, já havia apontado para algo do gênero antes das manifestações quando, em *A esquerda que não teme dizer seu nome*, de 2012, coloca entre os princípios inegociáveis do “tipo” de esquerda que comparece no título do livro a “soberania popular” e argumenta que esta soberania se exerce propriamente com a construção de mecanismos de participação direta de todos nas decisões políticas (p. 38 ss.)

8 *Cidades rebeldes*.

Na mesma perspectiva, talvez pudéssemos arriscar dizer que, para além da proteção com relação às forças do Estado (*mutatis mutandi*, usada também pelo braço que visa garantir que este tenha o monopólio da violência “legal”, a polícia), as máscaras e os dispositivos de anonimato onipresentes nas jornadas de junho são emblemas de uma democracia compreendida radicalmente como uma forma de organização de e para todos e para ninguém – e que o avesso perverso disso é a ânsia da mídia empresarial(-militar) e do aparelho estatal de “identificar” líderes e imolá-los em praça pública, a título de bode expiatório e mecanismo de desmobilização popular. Mas não se trataria aqui, ao que tudo indica, da mesma impessoalidade vazia da função, presente em toda burocracia estatal; nesse sentido, talvez pudéssemos arriscar ainda um (último) passo – ou antes, um salto –, que nos daria, quiçá, um vislumbre da “forma de subjetividade” que me parece estar articulada com uma ideia de democracia tal como a esboçada em mais de um momento desde as jornadas de junho – trata-se de uma forma que gostaria de designar – e já o fiz algumas vezes mais acima – “singularidade”⁹.

De acordo com uma visão comum, a democracia é o “governo/poder do povo” e, como somos todos povo, é o governo/poder de todos. A história nos mostra que é perigoso compreender “povo” como um todo homogêneo e a ser conduzido por um porta-voz da sua vontade única. A emergência de regimes totalitários no século XX mostrou que isso leva à tentativa de eliminação violenta de quem aquela vontade não compreende como (devendo ser) parte do todo – os outros ou as (ditas) “minorias” (judeus, deficientes, ciganos, etc.). Por outro lado, as lutas por direitos promovidas por esses outros, esses diferentes – negros, mulheres, homossexuais etc. – contra a hegemonia de certa identidade dominante e normativa – para muitos, o homem adulto heterossexual branco (cristão ocidental) – mostraram ainda mais claramente o quanto há de violento também em sociedades (autoproclamadas) democráticas: o quanto o todo forja uma identidade que esmaga o que, em relação a esta, se mostra diferente – e o faz, sobretudo, pela privação de direitos. Nesse sentido, a luta dessas “minorias” (e deixemos de lado o quanto pode haver de discurso da identidade hegemônica nessa expressão) se estruturou, em linhas gerais, na constituição de identidades contra-hegemônicas (movimento feminista, movimento negro, movimento GLBTT) que reivindicavam a ampliação e efetivação de direitos. A esse quadro, pode-se acrescentar

9 Para o mesmo argumento que aparece em seguida, mas introduzido desde outra perspectiva, cf. os artigos “Democracia, diálogo, violência: notas de uma política da singularidade” (publicado em: <http://www.diplomatique.org.br/acervo.php?id=3044>) e “Notas de uma pedagogia da singularidade” (no prelo).

ainda a luta por direitos sociais e pela justiça social, que visa à inclusão daqueles que estão separados dos que são “mais iguais que os outros” por outras barreiras de diferenciação – a desigualdade social (a essa altura, à identidade de “homem branco, etc.”, deveríamos acrescentar algo como “capitalista” ou “de classe média” ou “burguês” ou...).

Assim, algo fundamental vem à tona nessas lutas: o fato de que aquele “todos” da democracia é composto por inúmeras diferenças e desigualdades. E se, por um lado, é desejável que estas, as desigualdades, sejam eliminadas, sejam elas de direitos ou desigualdades socioeconômicas – é verdade que, por outro lado, a eliminação das desigualdades está a serviço justamente da promoção das ou, ao menos, do dar espaço àquelas diferenças (de sexo, de cor, de gênero, de orientação sexual, de culto, de cultura). Assim, se a democracia é mesmo o governo de todos, são esses os “todos” que, igualmente, mas em sua (possível) diferença¹⁰, tem que ter voz no diálogo que ela é.

Mais, ainda: se é verdade que a (auto-)afirmação dos diferentes enquanto diferentes é estruturada como *contra-identidade*, e mesmo que este tipo de afirmação seja estrategicamente fundamental para a luta contra uma identidade hegemônica, talvez seja preciso cumprir mais um passo para além da lógica de identidade e diferença (ao menos no que se refere à diferença que se define por uma identidade constituída). E esse passo é justo o de uma “política da singularidade”, isto é: a ideia de que, radicalmente compreendida e exercida, a democracia “serve para” criar o âmbito ou os âmbitos em que a vida de todos e de cada um possa se realizar livremente em sua singularidade. Em sua singularidade, isto é: em suas múltiplas e sempre imprevisíveis (e em última instância incompreensíveis) possibilidades. A tais possibilidades, a tal singularidade são possíveis, claro, múltiplas identidades e diferenças – mas ela(s) não se reduz(em) a estas. A singularidade se define justamente por ser o que escapa à definição e, assim, é puro possível. O seu signo talvez seja justo o *poder* de surpreender – o que é também a possibilidade de *não* surpreender (o que, dependendo do que se espera, pode ser ainda mais surpreendente...).

O tratamento da singularidade aqui só pode ser sumário. A singularidade é o fundamento da democracia justamente porque aquilo em que *todos* (nós) nos encontramos é justamente a singularidade – é nela que se pode encontrar, nesse sentido, uma universalidade (concreta). Todos e cada um de nós é singular ou, antes, vive

10 Cf. BAKUNIN, M. “A educação integral”.

singularmente. Pois “singularidade” é uma propriedade não (primordialmente) de indivíduos, mas da vida ou, antes, dos âmbitos em que se dá vida: uma comunidade, um grupo de amigos, uma conversa, uma sala de aula, bem como nesse conjunto de relações consigo, com o próximo e com o diverso que cada um chama de “minha vida”. Como fundamento da democracia e da vida de todos e de cada um (a rigor, fundamento da democracia *porque* fundamento da vida de todos e cada um), a singularidade é o *passado* da democracia, na medida em que aquilo que, em sua ideia, esta sempre já pressupõe para vir a ser (o que é).

Mas, ao mesmo tempo, a singularidade é o sentido da democracia e, nessa medida, o seu futuro. Pois ser singular é o poder ser de múltiplas maneiras de cada um, de cada âmbito em que se dá vida. Esse caráter de possibilidade é o que dá a dimensão de impossível fechamento (pleno) da vida enquanto tal e, assim, sua dimensão de “eterno” porvir. Em correspondência a isso, a democracia é ela mesma sempre porvir: nunca está acabada; é sempre, como a vida mesma pela qual ela se rege, uma *tarefa*, algo por cujos sentidos a cada vez *respondemos*, ainda que não esteja sempre (se é que está alguma vez) sujeita, como tal, à “vontade” de alguém. Os discursos que preferem “construção da democracia” e/ou “democratização” ao substantivo “democracia” talvez vislumbrem algo dessa dimensão.

Mesmo na nossa “democracia racionada”, para me apropriar de uma expressão de Marighella¹¹, talvez um sinal do caráter de abertura de uma democracia enraizada na singularidade possa ser visto no fato de que, ao menos quanto ao princípio, o poder é um lugar (de representação) *aberto*, vazio, que é de todos e de cada um, mas de ninguém desde sempre e sempre determinado (em contraste com a monarquia, por exemplo) – bem como na constatação, solidária a esta, de que um dos problemas está justo no fato de que tal princípio não tem efetividade: são bem determinadas as características que identificam o campo dos possíveis “representantes” de todos, à diferença dos que não podem sê-lo. Assim, talvez o que “crise da representação” que veio à tona nas ruas do Brasil e do mundo nos últimos tempos¹² indique com clareza é que o problema não está no campo dos representantes, que deveria ser mudado,

11 Cf.; <http://www.viomundo.com.br/politica/lincoln-secco-e-o-risco-da-democracia-racionada.html>

12 Os exemplos são abundantes: a recusa da presença de emblemas de partidos nas manifestações de 2013; o surgimento e a expansão, no bojo destas, dos mais diversos coletivos e assembleias horizontais e autogestionários; a greve dos garis e dos rodoviários no Rio de Janeiro, construídas à revelia dos sindicatos e contra a peleguice destes; a enorme abstenção nas eleições europeias de 2014, etc. E em tudo isso, a incapacidade da política partidária de produzir um emblema que “represente” as ruas, que “canalize” as suas demandas.

reestruturado e/ou ampliado, mas no conceito mesmo de representação, na diferença (na desigualdade?) que este instaura e/ou pressupõe no “todos” que perfaz a democracia enquanto tal, isto é, em sua ideia. Daí uma democracia direta poder ser, com pleno direito, uma democracia *radical*, porque fincada na raiz mesma da democracia: o fato de todos sermos igualmente (sob a condição de) singulares. Seja como for, o caráter aberto da democracia, que provém do singular e caminha para este, o seu caráter de tarefa parece indicar que, a rigor, ela nunca acaba de ser inventada¹³.

Creio que algo do gênero emergiu nas jornadas de junho: no *comum* das formas de organização horizontal e de democracia direta o que se ensaia é uma comunidade em que a singularidade tenha livre trânsito. Paradoxalmente, justo aí parece que a democracia tende a ser não ligada a outro nome próprio – menos ainda a um ou outro líder – , mas a construção do lugar comum de todos e de cada um, para todos e para ninguém – ou, antes, para falar mais uma vez com Agamben, o lugar comum de uma singularidade *qualquer*¹⁴.

13 O que, considerando a capacidade de se autoinventar do capitalismo e a sua construção e reconstrução de identidades, sua capacidade de desterritorialização e reterritorialização, parece colocar a democracia em uma espécie de (perigosa) “homologia”, de uma espécie de (perversa) “semelhança formal” com o capitalismo – diante da qual talvez seja preciso insistir nos vetores inversos que “governariam” cada um desses sistemas (universalidade abstrata do capital X universalidade concreta do singular...). O que, claro, talvez não baste para pensar a relação entre um e outra. Em todo caso, essa relação não cheira à velha ideia marxista, retomada por Negri, de que o capitalismo engendra em si seu fim quando produz o comum da cooperação ((do capital) cognitiva(o)) que acaba por “dispensar” a figura do capitalista?

14 Ver *A comunidade que vem* (Belo Horizonte: Autêntica, 2013)